



PORTARIA NORMATIVA Nº. 004/DE/2025, DE 28 DE JULHO DE 2025

Disciplina os procedimentos de diligência prévia de terceiros no âmbito das contratações.

A Diretoria Executiva da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, no exercício de suas atribuições estatutárias e regimentais, e considerando o disposto no Programa de Integridade da FAPEU,

R E S O L V E:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos de diligência prévia obrigatórios a serem observados antes da formalização de contratações de bens, serviços ou obras pela FAPEU, com a finalidade de verificar a idoneidade, a regularidade fiscal e trabalhista, a capacidade técnica e a reputação dos fornecedores e prestadores de serviços.

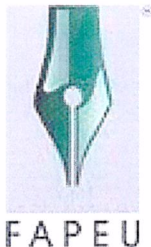
Art. 2º A realização da diligência prévia observará os seguintes critérios, conforme o valor estimado da contratação:

I – Contratações de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

- Realização de consulta mínima obrigatória aos seguintes cadastros:
 - a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- Verificação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Manual de Compras e Contratações.
- Arquivamento dos comprovantes no processo de contratação.

II – Contratações entre R\$ 100.000,01 e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- Realização dos procedimentos previstos no inciso anterior.
- Consulta a fontes públicas adicionais disponíveis gratuitamente, tais como:
 - a) Pesquisas de mídia negativa e reputacional;
 - b) Verificação de processos judiciais e administrativos.
- Avaliação de risco pela Gerência Administrativa e Financeira para decisão sobre a utilização de plataforma especializada de diligência prévia.



III – Contratações acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- Realização obrigatória de diligência prévia completa, incluindo consulta em banco de dados especializado, como plataforma especializada de diligência prévia.
- Cumprimento de todas as verificações de conformidade previstas no Manual de Compras e Contratações.

Art. 3º Independentemente do valor da contratação, será obrigatória a realização da diligência prévia completa nas seguintes hipóteses:

I – Quando se tratar de contratação por inexigibilidade ou exclusividade, com valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

II – Quando a empresa proponente possuir poderes de representação perante órgãos públicos ou interagir com agentes públicos no âmbito do contrato;

III – Quando a pessoa jurídica estiver constituída há menos de 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV – Quando o contrato previr comissão, taxa de sucesso ou remuneração variável condicionada ao resultado;

V – Quando a empresa for classificada em primeiro lugar em processo de licitação ou seleção pública promovido pela FAPÉU;

VI – Quando forem identificados indícios de envolvimento com práticas ilícitas, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, crimes ambientais, trabalho análogo ao escravo ou outros atos ilegais, durante a verificação básica.

Art. 4º O procedimento de diligência prévia consistirá na verificação de informações relevantes sobre a pessoa jurídica proponente, seus dirigentes, administradores e sócios, incluindo, mas não se limitando a:

I – Histórico de envolvimento em casos de corrupção, fraudes ou outras condutas ilícitas;

II – Existência de processos judiciais, administrativos ou investigações em curso;

III – Presença em cadastros restritivos oficiais;

IV – Relacionamento direto com o Poder Público;

V – Capacidade técnica e reputação no mercado;

VI – Eventuais situações de conflito de interesse;

VII – Existência de políticas de integridade, compliance e código de conduta.

Art. 5º A Gerência Administrativa e Financeira será responsável:

I – Pelo acompanhamento e execução dos procedimentos de diligência prévia;

II – Pela guarda e arquivamento eletrônico da documentação gerada;



III – Pela emissão de parecer conclusivo sobre o procedimento de diligência prévia, com ou sem ressalvas.

Art. 6º O parecer conclusivo de diligência prévia será parte integrante do processo de contratação e, caso contenha ressalvas ou identifique risco relevante, será submetido à Superintendência e à Diretoria Executiva para deliberação antes da assinatura do contrato.

Art. 7º A contratação somente poderá ser formalizada após a conclusão do procedimento de diligência prévia e emissão do parecer favorável, observadas as disposições do Manual de Compras e Contratações.

Art. 8º A Gerência Administrativa e Financeira manterá controle da periodicidade de realização da diligência prévia para cada fornecedor ou prestador com contrato vigente, devendo providenciar atualização no prazo máximo de 2 (dois) anos.

Art. 9º Os casos omissos e as situações excepcionais não previstas nesta Portaria serão submetidos à deliberação da Diretoria Executiva da FAPEU.

Art. 10. Fica revogada a Portaria Normativa Nº. 005/DE/2019, de 28 de março de 2019.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JULIO FELIPE SZEREMETA
Diretor Financeiro


WILSON ERBS
Diretor de Projetos



Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

<http://www.fapeu.org.br>

FORMULÁRIO DE DILIGÊNCIA PRÉVIA DE TERCEIROS

(Anexo da Portaria Normativa nº 004/DE/2025)

I. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

Website:

Data de Constituição:

Pessoa jurídica constituída há menos de 90 dias? () Sim () Não

Ramo de Atividade:

Tempo de Atuação no Mercado:

Nº de Empregados:

II. IDENTIFICAÇÃO SOCIETÁRIA E ADMINISTRATIVA

Nome e CPF dos Sócios, Administradores e Diretores:

Nome completo	Cargo/Função	CPF	%

Algum dos sócios/dirigentes possui relação próxima com agentes públicos?

() Sim () Não

Se sim, especificar:

Existe vínculo de parentesco até 3º grau com dirigente ou colaborador da FAPEU, ou com servidores das instituições apoiadas?

() Sim () Não

Se sim, especificar:



Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

<http://www.fapeu.org.br>

III. CAPACIDADE TÉCNICA

Apresenta registros, certificações ou comprovações de capacidade técnica?

() Sim () Não

Se sim, anexar cópia.

Indicar 3 referências comerciais:

Empresa/Entidade	Contato/telefone	E-mail

IV. INFORMAÇÕES SOBRE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Possui Programa de Integridade formalizado? () Sim () Não

Possui Código de Conduta Ética? () Sim () Não

Já foi investigado, processado ou condenado por fraude, corrupção ou outros ilícitos?

() Sim () Não

Se sim, especificar:

Já figurou nos seguintes cadastros?

CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas: () Sim () Não

CNEP – Cadastro de Empresas Punidas: () Sim () Não

V. OUTRAS INFORMAÇÕES

O contrato envolve representação perante órgãos públicos? () Sim () Não

O contrato prevê taxa de sucesso ou comissão? () Sim () Não

O contrato se refere a exclusividade/inexigibilidade? () Sim () Não

VI. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro, sob as penas da lei, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras e completas.

Cidade:

Data:

Nome/CPF/Assinatura

Representante Legal ou responsável pelas informações